

**HABEAS CORPUS Nº 514.728 - PR (2019/0165190-4)**

**RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**  
**IMPETRANTE : CARLOS AGMAR PEREIRA**  
**ADVOGADO : CARLOS AGMAR PEREIRA - PR033174**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**PACIENTE : HERMINIO PIMENTEL DA SILVA**

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de HERMINIO PIMENTEL DA SILVA no qual se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (Apelação n. 0000331-68.2016.8.26.0173).

Depreende-se dos autos que o paciente foi condenado a 3 anos e 6 meses de reclusão, pelo crime previsto no art. 16, parágrafo único, inciso IV, da Lei n. 10.826/2003, e a 1 ano e 2 meses de detenção pelo delito do art. 12 desse mesmo diploma legal, em concurso material. O regime prisional inicial fixado foi o fechado.

O Tribunal de origem deu parcial provimento ao apelo do réu apenas para reduzir a pena de multa. Na oportunidade, determinou-se a execução imediata da sanção penal. Eis a respectiva ementa (e-STJ fl. 58):

*APELAÇÃO CRIME - 1. ESTATUTO DO DESARMAMENTO - ARTIGOS 12 E 16, PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO IV, DA LEI N. 10.826/03 - ABSOLVIÇÃO - NÃO CABIMENTO - PRÁTICAS DELITIVAS CONFIGURADAS - 2. VALOR DO DIA-MULTA - REDUÇÃO - POSSIBILIDADE - RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.*

*1. Havendo provas a confirmar a prática dos delitos tipificados nos artigos 12 e 16, parágrafo único, inciso IV, da Lei nº 10.826/03, não procede o pleito de absolvição por insuficiência probatória.*

*2. Acolhe-se o pleito de redução do valor fixado ao dia-multa, com adequação às possibilidades financeiras do acusado.*

No presente *habeas corpus*, o impetrante defende a aplicação das regras do concurso formal próprio e, conseqüentemente, a adequação do regime prisional. Assim, requer o afastamento do concurso material, a suspensão da ordem de execução provisória da pena e o estabelecimento do regime inicial semiaberto.

É, em síntese, o relatório.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em

*habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no que se refere à determinação do cumprimento do mandado de prisão, uma vez que o Tribunal de origem, ao julgar o recurso de apelação interposto pela defesa, ordenou a expedição do mandado de prisão na forma determinada pela nova orientação consolidada pelo Supremo Tribunal Federal (HC n. 126.292/SP, relator Ministro Teori Zavascki, Tribunal Pleno, DJe 17/5/2016), segundo a qual só deve ocorrer a expedição do mandado de prisão após o esgotamento das instâncias ordinárias (e-STJ fls. 592).

Contudo, na espécie, verifico a presença de constrangimento ilegal apto a justificar o deferimento da medida de urgência no que se refere ao regime de cumprimento de pena.

O paciente foi condenado pelo crime previsto no art. 12 e pelo delito do art. 16, parágrafo único, inciso IV, ambos da Lei n. 10.826/2003. A sanção do crime de posse irregular de arma de fogo de uso permitido foi estabelecida em 1 ano e 2 meses de detenção. A do delito de porte ou posse de arma de fogo de uso restrito com numeração suprimida foi fixada em 3 anos e 6 meses de reclusão. Todavia, as instâncias ordinárias aplicaram a regra do concurso material de crimes e, após somar as penas, estabeleceram o regime inicial fechado.

Independentemente da verificação da modalidade de concurso de crimes aplicável à espécie, se material ou formal, que será objeto do exame de mérito deste *writ*, há manifesta ilegalidade na fixação do regime inicial prisional.

De acordo com as regras que regulam o tema, a pena de reclusão deve ser cumprida em regime fechado, semiaberto ou aberto. Já a detenção, apenas nos regimes semiaberto e aberto. Seguindo essas diretrizes, a fixação do regime prisional deve ser realizado isoladamente, quanto a cada uma das penas, executando-se primeiro a mais grave.

Esse entendimento pode ser extraído dos recentes precedentes desta Corte:

*PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. CONCURSO DE INFRAÇÕES. REGIME PRISIONAL. DETENÇÃO E RECLUSÃO. ORDEM DE CUMPRIMENTO. AGRAVO DESPROVIDO.*

*1. Dispõe o art. 69 do Código Penal que "no caso de aplicação cumulativa de penas de reclusão e detenção, executa-se primeiro aquela".*

*2. A pena de reclusão é cumprida inicialmente nos regimes fechado, semiaberto e aberto, enquanto que a detenção, em princípio, somente pode ter início nos regimes semiaberto ou aberto.*

*3. Para a fixação do regime, o juiz deve estabelecer o regime compatível para a reclusão e, depois, o compatível para a detenção.*

*4. Agravo regimental desprovido.*

(AgRg no REsp 1807188/GO, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 28/05/2019, DJe 04/06/2019, grifei)

*HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. CUMPRIMENTO DE PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE EM REGIME FECHADO. SUPERVENIÊNCIA DE CONDENÇÃO A PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS. INCOMPATIBILIDADE DE CUMPRIMENTO SIMULTÂNEO DAS SANÇÕES PENAIS. UNIFICAÇÃO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL INEXISTENTE. ORDEM DE HABEAS CORPUS DENEGADA.*

*1. Inexiste constrangimento ilegal na decisão do Juízo das Execuções que converte a condenação definitiva à pena restritiva de direitos em pena privativa de liberdade, ao unificá-la com sanções penais anteriormente impostas, quando impossível o cumprimento simultâneo das reprimendas. Inteligência do art. 111, parágrafo único, da Lei de Execução Penal.*

*2. "Prevalece o entendimento de que o art. 76 do CP somente é aplicável ao concurso de infrações (art. 69 do CP) quando as penas privativas de liberdade são diferentes (detenção e reclusão)" (AgRg no HC 424.866/SP, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 01/03/2018, DJe 12/03/2018).*

*3. Ordem de habeas corpus denegada.*

(HC 464.488/SP, Rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, julgado em 27/11/2018, DJe 12/12/2018, grifei)

Na hipótese, considerando a quantidade das penas, somada à reincidência e às circunstâncias judiciais favoráveis, em tese, o regime adequado para cada uma das sanções é o semiaberto, de acordo com as regras do art. 33, §§ 2º e 3º, do Código Penal.

Sendo assim, tendo em vista a possibilidade de execução da pena após o esgotamento das instâncias ordinárias, verifico a existência de *periculum in mora*, o que autoriza a concessão da medida de urgência.

Ante o exposto, **defiro parcialmente a liminar** para assegurar ao paciente o direito de aguardar, no regime semiaberto, o julgamento do presente *habeas corpus*, salvo se por outro motivo estiver preso ou cumprindo pena em regime mais gravoso.

Comunique-se, com urgência, ao Tribunal impetrado.

Solicitem-se informações à autoridade apontada como coatora e ao Juízo da 1ª Vara Criminal, Tribunal do Júri e Corregedoria dos Presídios/PR, ressaltando-se que deverão noticiar a esta Corte Superior qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto desta impetração.

Requeira-se à autoridade apontada coatora a senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do Conselho Nacional de Justiça.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 12 de junho de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO  
Relator